

DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das provincias, *fora de porte*, bem como os periódicos que trocarem com o *Diário*, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18\$000 | Anúncios, por linha 60
Ditas por semestre 10\$000 | Comunicados e correspondências, por linha 60
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 8 de Agosto de 1902, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada anúncio publicando no *Diário do Governo*

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Decretos de 20 de Janeiro, fixando os quadros e os vencimentos do pessoal da Casa Pia de Évora e do Hospital Seixas Penetra, da freguesia de Vila Sêca de Poiares.
Portaria de 22 de Janeiro, autorizando a Confraria do Santíssimo da freguesia dos Arcos a aplicar parte dum legado à construção do edificio para uma escola e à compra do respectivo mobiliário.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.
Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.
Anúncio de concurso para provimento do lugar de médico-cirurgião ajudante da Penitenciária de Lisboa.
Rectificações a despachos sobre concessão de pensões.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despachos concedendo aposentações.
Anúncio acerca da substituição dum bilhete do Tesouro.
Despachos pela Direcção Geral da Fazenda Pública, sobre movimento de pessoal.
Decretos de 20 de Janeiro:
Regulando o serviço de escripturação das receitas e despesas dos Caminhos de Ferro do Estado, da Exploração do porto de Lisboa e dos Serviços Florestais e Aquícolas.
Aprovando a tabela dos valores mínimos para cobrança dos direitos *ad valorem* sobre os géneros de exportação nacional no primeiro trimestre de 1912.
Habilitação para levantamento de créditos.
Despachos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, sobre movimento de pessoal.
Arrematações (Folha n.º 6, apenas ao *Diário* de hoje):
Lista n.º 31.468.—No dia 16 de Fevereiro, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Braga.—Foros do Hospital de S. Marcos de Braga, impostos em prédios situados no concelho de Braga.
Lista n.º 31.469.—No dia 17 de Fevereiro, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Foros de várias corporações, impostos em prédios situados nos concelhos de Santarém e Cartaxo.
Lista n.º 31.470.—No dia 17 de Fevereiro, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Leiria.—Foros de várias corporações, impostos em prédios situados nos concelhos de Obidos, Leiria e Peniche.
Lista n.º 31.471.—No dia 17 de Fevereiro, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Braga.—Censos e foros de várias corporações, impostos em prédios situados nos concelhos de Braga e Vila Nova de Famalicão.

MINISTÉRIO DA GUERRA:

Habilitações para levantamento de créditos.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Portaria de 2 de Janeiro, estabelecendo os casos em que serão pagos em ouro os vencimentos, despesas e abonos feitos aos funcionários e comissionados do Ministério dos Estrangeiros.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Decreto de 13 de Janeiro, mandando que os professores de várias cadeiras da Escola de Guerra, do Instituto Superior Técnico e da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto sejam agregados à comissão de verificação de resistência de pontes e construções metálicas, como vogais natos.
Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.
Portaria de 23 de Janeiro, autorizando a transferência da propriedade de várias minas de antimónio e ouro, situadas no concelho de Gondomar.
Relação de marcas internacionais a que foi concedida protecção em Portugal.
Relações de pedidos de registo de marcas e nomes industriais e de patentes e adições a patentes de invenção.
Decreto de 23 de Dezembro de 1911, submetendo ao regime de simples policia florestal várias propriedades situadas no concelho de Alter do Chão.
Decreto de 6 de Janeiro, ordenando a inclusão, por utilidade pública, no regime florestal parcial, de vários terrenos baldios pertencentes à Câmara Municipal de Alenquer.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, projecto de lei para concessão duma pensão à viuva dum capitão do exército.
Senado da República Portuguesa, declaração acerca da aprovação duma proposta para que fosse recomendada ao Governo a urgência da colocação de dois revolucionários civis.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Junta do Crédito Público, nova publicação, rectificada, da relação de títulos de dívida externa de 3 por cento, inserta no *Diário* n.º 19; editos para averbamento de títulos de dívida interna de 3 por cento
Conservatório de Lisboa, relação de operetas austríacas cujo registo foi mandado cancelar.
Penitenciária Central de Lisboa, avisos acerca do falecimento de dois reclusos
Direcção das Obras Públicas do distrito de Faro, anúncio para arrematação de artigos de expediente e desenho.
Direcção das Obras Públicas do distrito de Portalegre, anúncio para arrematação de obras.

Caminhos de Ferro do Estado, habilitações para levantamento de créditos.
Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES.

N.º 24.—Cotação dos fundos públicos nas Bólsas de Lisboa e Porto, em 19 de Janeiro.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

Atendendo ao que representou a administração da Casa Pia do Évora;

Vistas as informações officiaes e o disposto no artigo 438.º do Código Administrativo:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro do Interior, que o quadro do pessoal da sobrodita instituição fique constituído nos termos abaixo indicados, e com os seguintes vencimentos anuais:

Um director	500\$000
Um secretário	450\$000
Um amanuense	300\$000
Um continuo	120\$000
Um médico	300\$000
Um enfermeiro	60\$000
Um prefeito	360\$000
Dois sub-prefeitos a 200\$000 réis cada um	400\$000
Um professor de instrução primária	200\$000
Um professor de música	300\$000
Três mestres de officina a 240\$000 réis cada um	720\$000
Um economo	300\$000
Uma directora do Convento Novo	240\$000
Uma sub-directora do Convento Novo	120\$000
Uma enfermeira do Convento Novo	36\$000
Um sub-prefeito do Asilo dos Cegos	120\$000

E por esta forma hei, outrossim, por bem, anular o decreto de 30 de Dezembro último.

Paços do Governo da República, em 20 de Janeiro de 1912.—*Manuel de Arriaga—Silvestre Falcão.*

Atendendo ao que expôs a mesa administrativa da Irmandade do Senhor dos Passos e Hospital Seixas Penetra, da freguesia de Vila Sêca de Poiares, concelho de Póvo da Régua;

Vistas as informações officiaes e o disposto no artigo 438.º do Código Administrativo:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro do Interior, que o quadro dos empregados do mesmo hospital fique constituído nos termos abaixo indicados e com os seguintes vencimentos anuais:

Um facultativo	150\$000
Um enfermeiro	30\$000
Um ajudante de enfermeiro	20\$000

Paços do Governo da República, em 20 de Janeiro de 1912.—*Manuel de Arriaga—Silvestre Falcão.*

Atendendo ao que representou a Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia dos Arcos, do concelho de Vila do Conde;

Vistas as informações officiaes:

Manda o Governo da República Portuguesa que a mesma Confraria seja autorizada a aplicar na construção e compra do mobiliário duma escola de instrução primária de que a referida freguesia carece, a quantia de réis 2:500\$000, parte do legado de 3:620\$000 réis que lhe foi deixado por Francisco Fernandes dos Santos Arcos, sem prejuizo dos encargos a que o mesmo legado está sujeito.

Paços do Governo da República, em 22 de Janeiro de 1912.—O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Despachos effectuados em 23 de Janeiro de 1912:

Exonerando João António Cabaço, de ajudante do posto de registo civil de Orada, concelho de Borba.
António Lopes Alpalhão—nomeado para o referido posto.
Manuel José Alves—exonerado de ajudante do posto de Alfeizerão, concelho de Alcobaça.
Joaquim André dos Santos—nomeado para o referido posto.

João Duarte Robelo Júnior—nomeado ajudante do posto de Figueiros, concelho do Cadaval.

Bacharel Izidro Carlos Aranha Gonçalves—exonerado, a seu pedido, do lugar de official do registo civil em Vila Franca de Xira.

Manuel Duarte Montez—exonerado de ajudante do posto de Abituciras, concelho de Santarém.

António Augusto Martins—exonerado de ajudante do posto de Avidagos, concelho do Mirandela.

Tiago Augusto Ribeiro—nomeado ajudante da Repartição do concelho de Agueda.

Direcção Geral da Justiça, em 23 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *Germano Martins.*

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos effectuados nas seguintes datas

Janeiro 13

Bacharel Antonio de Campos, juiz de direito de 3.ª classe—considerado addido à magistratura judicial desde o dia 31 de Outubro de 1911: (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 20 de Janeiro corrente).

Janeiro 20

Bacharel Armando Serrão Mora, notário interino na comarca do Cartaxo—autorizado, provisoriamente, a exercer a advocacia.

Licenças de que foram pagos os respectivos emolumentos:

Janeiro 15

Joaquim Maria Duarte Braga, notário em Condeixa-a-Nova—trinta dias.

Janeiro 22

Adolfo dos Santos Bartolo, contador na comarca de Murça—sessenta dias, por motivo de doença.

Janeiro 23

Bacharel José Delgado da Silva Ribeiro, notário em Figueiró dos Vinhos—sessenta dias.

Por ordem superior, e nos termos dos artigos 12.º e 23.º do decreto de 20 de Novembro de 1884, se declara aberto concurso, perante esta Secretaria do Estado, por espaço de trinta dias, a contar da publicação deste aviso, para o provimento do lugar de médico-cirurgião adjunto da Cadeia Penitenciária de Lisboa.

Os concorrentes deverão apresentar carta de formatura em medicina pela Universidade de Coimbra, ou diploma do curso das Escolas Médicas de Lisboa ou Porto, certidão do registo criminal e certidão de ter cumprido os preceitos da lei do recrutamento, podendo apresentar outros documentos abonatórios das suas habilitações e serviços públicos.

Direcção Geral da Justiça, em 23 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *Germano Martins.*

Direcção Geral dos Eclesiásticos

1.ª Repartição

Rectificação

Declara-se que os nomes dos ministros da religião católica, do distrito de Vila Real, a quem foram concedidas pensões eclesiásticas por decreto de 25 de Novembro do ano findo, são Manuel Ferreira Bastos Caulino e António Bernardo de Matos Cordeiro, e não Manuel Ferreira de Bastos Carolino e António Bernardo Marques Coelho, como erradamente foi publicado no *Diário do Governo* n.º 286, de 8 de Dezembro último.

Direcção Geral dos Eclesiásticos, em 23 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *José Caldas.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Tendo passado a constituir encargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros as diferenças de câmbio pelos pagamentos feitos em ouro: manda o Governo da República Portuguesa, pelo respectivo Ministro, que, a contar desta data, sejam pagos em ouro apenas os vencimentos, despesas e abonos feitos aos funcionários e comissionados, relativamente ao tempo em que residirem no estrangeiro; durante o primeiro mês, quando chamados a